



Projeto Educativo

2025/ 2028

“Educai as crianças para que não seja necessário punir os adultos.”

Pitágoras



Índice

1.	Introdução	3
2.	Quem Somos?.....	3
3.	Missão, Visão e Valores.....	8
4.	Oferta Formativa	9
5.	Escola Inclusiva.....	12
6.	Caraterização da Comunidade Escolar	13
7.	Diagnóstico	15
8.	Processo Ensino/ Aprendizagem.....	17
9.	Linhas Orientadoras da Ação Educativa	19
10.	Plano de Ação.....	23
11.	Divulgação, acompanhamento e avaliação do Projeto Educativo de Escola	25
12.	Parcerias	26
13.	Conclusão	26

1.Introdução

O projeto educativo como documento de planeamento institucional e estratégico é sempre uma declaração de princípios que identificam uma Escola. É um documento fundamental, pois é nele que se define toda a orientação da atividade educativa e escolar, construída de forma partilhada, realista, motivadora e avaliável, no sentido de poder ser melhorada. Sendo a Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca – Cerdeira, uma Escola com características próprias, deverá o seu Projeto Educativo tirar partido das mesmas, potenciando-as no sentido de tornar o sucesso escolar uma realidade tangível para todos.

A estabilidade do corpo docente, a presença permanente de elementos da comunidade educativa que apoiam os alunos em estudos extra-horário escolar e a existência de um ‘Lar Residencial’ adjacente, são características singulares desta Escola, potenciadoras de uma prática pedagógica que permite dar voz e concretizar os objetivos centrais e estratégicos que constam do Projeto Educativo da Escola. Esta é uma instituição que visa prestar à comunidade um serviço de educação de excelência, contribuindo para a formação de seres humanos conscientes dos seus direitos e deveres para serem cidadãos críticos e reflexivos.

2.Quem Somos?

2.1. Origem da Escola

Vivia na Cerdeira, um senhor Desembargador, Dr. José Dinis da Fonseca, homem de bem, que não sendo de grandes manifestações exteriores, aprendera de seus pais a preocupar-se com os outros. Assim, a sua casa estava sempre disponível para quantos dela necessitavam, inclusivamente os transeuntes que, a caminho de Coimbra, se dirigiam a Fornos ou a Mangualde a tomar a diligência e aqui precisavam de pernoitar. Era antes dos anos 30.

Na mesma altura, surgiu, na diocese da Guarda, uma figura carismática, D. João de Oliveira Matos, bispo auxiliar, que nas suas visitas pastorais, encontrou muita gente da índole do já referido Desembargador. Do grupo, faziam parte duas das suas sobrinhas que viviam no Rochoso, aldeia situada a 5 km da Cerdeira, e que se tornaram colaboradoras diretas do bispo D. João. Por intermédio destas, chegou o bispo auxiliar ao conhecimento do tio que, se bom era, melhor se tornou, em contato com o citado bispo, a quem todos consideravam santo.

Pensou D. João em reunir essas pessoas com quem contactava de perto e com elas fundar uma obra de Igreja. Logo as duas senhoras se propuseram colaborar diretamente com o zeloso bispo, oferecendo os seus trabalhos e colocando à disposição os seus haveres. Essa obra foi fundada em 1927, com o nome de Liga dos Servos de Jesus.

Morria o Desembargador em fevereiro de 1931. Já a obra de D. João de Oliveira Matos iniciava os seus primeiros passos. Pensando os colaboradores do prelado e membros da recém-formada obra, na promoção da gente da aldeia, logo destinaram a residência legada às sobrinhas e de si bastante ampla, a uma Escola para rapazes, à qual

deram o nome de Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, em memória do generoso Desembargador. Abriu, aqui, em outubro desse ano, o curso liceal para rapazes, com três alunos internos e três externos; e instrução primária também com três ou quatro alunos. Em novembro do mesmo ano, foi criada uma Escola noturna com cinquenta alunos adultos, alguns dos quais já casados.

O então bispo da diocese, D. José Alves Matoso, deu pleno assentimento a esta iniciativa, autorizando a criação da Escola e conferindo-lhe o caráter de ESCOLA CATÓLICA.

O número de alunos do curso liceal foi sempre aumentando, mas não era este o local que o “destino” lhes tinha reservado.

De facto, em 1938, o colégio masculino foi transferido para o Outeiro de S. Miguel, onde ainda hoje se mantém, embora com características diferentes.

Após obras de adaptação nas instalações, o colégio feminino, até então instalado no Rochoso, mudou para a Cerdeira, para os espaços anteriormente utilizados pelos rapazes. Aqui se encontra ainda hoje. Isto aconteceu em 1939. Ministrava a instrução primária, lições de corte e costura, bordados, música, pintura, francês e religião e moral. Em simultâneo, as alunas inscritas aprendiam a realizar as tarefas domésticas, já que estava em causa a formação da mulher, de acordo com as solicitações da sociedade da época, que lhe atribuía, essencialmente, o papel de esposa e mãe e boa dona de casa.

Em 1951/1952, abriu, finalmente, o ensino liceal com os currículos oficiais. Foi-lhe concedido o alvará n.º 1214. Sabe-se que na história da Escola existiu um outro, o n.º 434, mas desconhece-se a razão pela qual foi necessário proceder à sua substituição.

No primeiro ano letivo, apenas um grupo de doze alunas iniciou os estudos, algumas das quais já a frequentar a Escola na modalidade primitiva. E continuaram os dois grupos a funcionar, em simultâneo, ainda por longos anos. Um era denominado “as estudantes”, outro “a costura”. Constituíam este último, jovens que não tinham possibilidades económicas para estudar, ou que consideravam não serem detentoras de grande capacidade intelectual. Algumas foram convidadas a estudar, mesmo a expensas da Escola. E para tornar o acesso ao estudo mais fácil, foi criado um Lar, no qual eram acolhidas as filhas de agricultores, que, não sendo abastados, colaboravam na despesa das filhas com os produtos agrícolas. Eram elas que ajudavam a confeccionar as refeições e a seu cargo tinham também a arrumação das dependências do Lar.

De qualquer modo, o ensino numa Escola particular tinha de ser pago pelos pais dos alunos, ao contrário do que acontecia nas Escolas estatais, onde era custeado pelo Estado. Com a publicação do D. L. 553/80 de 21 de novembro, onde é consagrada a liberdade de aprender e de ensinar, incluindo o direito dos pais à escolha e orientação do processo educativo dos filhos, o Estado assumiu uma política de apoio à família, instituindo subsídios destinados a suportar as despesas de educação, celebrando contratos com as Escolas particulares. Também esta Escola passou a usufruir desse direito, celebrando anualmente um Contrato de Associação, o que lhe permitiu, a partir dessa data, ministrar um ensino gratuito e facilitar o acesso a alunas de todas as condições sociais. A gratuidade do ensino e o alargamento da Escolaridade obrigatória até ao 9.º ano, fez com que o número de estudantes aumentasse e o grupo de costura decrescesse, pois era obrigatório prosseguir os estudos, após o então denominado “ensino primário”.

Alguns anos mais tarde, com o aparecimento de algumas indústrias na região, nomeadamente a abertura de algumas confeções, o grupo foi, naturalmente, extinto por volta dos anos 90.

A mudança operada na Escola, que passou do ensino de tarefas essencialmente femininas ao ensino ministrado em qualquer outra Escola, ficou a dever-se a um forte impulso do então bispo da diocese da Guarda, D. Domingos da Silva Gonçalves, que tinha já horizontes bem mais amplos, prevendo que a mulher viria a igualar o homem em direitos. Quando alguém lhe disse que não tinha sentido criar aqui uma Escola nestes moldes, pois existia, na Guarda, o Colégio do Sagrado Coração de Maria, ele foi perentório em afirmar que esta Escola não tirava lugar à que já existia. Era preciso avançar com a ideia. Assim se fez e a Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca surgiu.

Continuou a ser gerida pela Liga dos Servos de Jesus, obra diocesana já referida anteriormente. Convém salientar que as já mencionadas sobrinhas do Senhor Desembargador foram as primeiras a assumir a Direção das Escolas, uma no Outeiro de S. Miguel, outra na Cerdeira, logo após a sua criação.

2.2. O Meio

O concelho do Sabugal localiza-se na província da Beira Alta, sendo um dos 14 concelhos do distrito da Guarda. Ocupa a parte meridional do território de Ribacôa, nome que se deve ao facto de ser atravessado, de sul para norte, pelo rio Côa.

É, atualmente, composto por 30 freguesias e perto de uma centena de povoações, numa área próxima dos 820 km² e conta com cerca de 11 280 habitantes (2021). Confina com os concelhos da Guarda e de Almeida, a norte; com o concelho de Belmonte, a oeste e com os concelhos do Fundão e Penamacor, a sul. A este, com a Espanha.

Na confluência deste concelho com o da Guarda e de Almeida, situa-se uma das suas freguesias – a Cerdeira.

Na margem esquerda de um dos afluentes do já mencionado rio Côa, o Noéme, na extremidade norte da ponte românica que une as duas margens, ergue-se um edifício granítico, com portados e fenestração de cantaria, que desperta a atenção de quem passa. É a Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, da Cerdeira, antes secção feminina e hoje, Escola mista, também designada por Colégio da Cerdeira.

Em frente, a pequena capela do Senhor dos Aflitos. A oeste, para lá do rio Noéme, avista-se a linha da Beira Alta, um dos possíveis acessos à Escola. Para lá da linha férrea, uma paisagem rural agreste de pinheiros e carvalhos, que imprime à atmosfera um aspeto saudável e de tranquilidade. Entre o caminho de ferro e o rio, algumas veigas cultiváveis, de dimensões reduzidas.

Passado o portão que liga a Escola ao exterior, entra-se num pátio amplo e rodeado de alguns canteiros de flores, outros de relvado, um pequeno parque infante/juvenil e um outro pátio, mais amplo que o primeiro, propício a atividades desportivas. Todos estes espaços são reservados aos recreios dos alunos, tempo que eles tanto apreciam.

O edifício escolar situa-se em edifícios quase independentes, à volta dos referidos pátios.

A aldeia onde a Escola se situa, é desertificada, como a maior parte das aldeias do interior. Não faz parte da chamada raia (de Espanha), mas dista de Vilar Formoso apenas cerca de 25 km, pela A25, o que reflete a sua proximidade ao país vizinho. Quando o caminho de ferro foi construído, a Cerdeira veio a ser um meio desenvolvido. A estação servia todas as aldeias vizinhas, tanto no transporte de passageiros como no de mercadorias, nas quais se incluem os produtos agrícolas da região. Havia duas farmácias, um centro de saúde, alguns comércios, sobretudo de materiais de construção e mobílias. Com o aparecimento dos camiões e a proliferação da rede viária, tudo mudou. Nas últimas décadas, foram fechando as diversas atividades comerciais e os serviços de saúde.

Quanto a monumentos, podem considerar-se a Igreja Paroquial com a torre, uma outra torre mais antiga, onde está o relógio que marca o ritmo da freguesia, e a já referida ponte clássica, sobre o rio Noéme.



2.3. A Identidade da Escola

A Escola Católica tem uma identidade própria: não é rotineira, nem está preocupada só com a subsistência; tem, como outras Escolas, objetivos culturais, mas deve ajudar os alunos a crescer, iluminados pela fé, no conhecimento da vida, do Homem e do mundo, preparando-os assim, para a dilatação do reino de Deus. A Escola, assim entendida, promove o aluno a viver de maneira divina, isto é, a pensar, a querer e a agir segundo os critérios evangélicos, fazendo das bem-aventuranças a norma de vida. Os princípios evangélicos tornam-se, nesta Escola, normas educativas, motivações interiores e, ao mesmo tempo, metas finais. O ensino ministrado deve ter por base uma dupla síntese:

- ***Fé-cultura***, através do ensino das diversas disciplinas e do contributo pessoal de cada professor.

- ***Fé-vida***, gerada pela própria comunidade educativa e testemunhada pelos seus educadores.

Daí que seja dada formação aos professores, não só no aspeto científico e pedagógico, como também humano, moral e religioso e se promovam ações de formação do mesmo teor para pais e pessoal não docente, a nível de Escola e organizadas pela APEC (Associação Portuguesa das Escolas Católicas).

Assim, todos os professores que aceitam trabalhar nesta Escola devem comprometer-se a educar neste sentido.

Pelo facto de ser uma Escola Católica ter finalidades comuns a qualquer Escola, não pode esquecer os seus objetivos específicos, que também são essenciais: formar cidadãos conscientes, livres, responsáveis, atuantes e sobretudo, cristãos. Numa sociedade tão voltada para os valores materiais, urge aparecer alguém que tente despertar o indivíduo para a realidade deste mundo passageiro, pelo qual não se deve deixar dominar.

Não significa, do que atrás foi exposto, que não se aceitem alunos de outras religiões. Sabemos aceitar e respeitar as diferenças. Ocorre aqui, citar Sua Eminência o Cardeal patriarca de Lisboa, na sua comunicação sobre a Escola Católica, no Fórum da APEC, em 2007:

«Educar não é proteger e fechar numa redoma. O educando deve ser habituado a confrontar-se com a realidade, com espírito crítico e com a gradualidade exigida pelo seu crescimento. Deve ser preparado para ter juízo crítico sobre essa realidade, para não ser esmagado por ela. Isso supõe que o projeto educativo comunique uma visão da sociedade, com os seus valores fundamentais, parte constitutiva da cultura...».



3. Missão, Visão e Valores

Pretende-se que esta Escola seja reconhecida como uma instituição de referência, dinâmica, integradora, concretizadora de um processo ensino-aprendizagem de qualidade, tendo por base valores humanistas, católicos e éticos, privilegiando a formação de cidadãos críticos, responsáveis, capazes de se comprometerem com a construção de uma sociedade melhor, respeitando as diferenças.

3.1. Missão

Educar cidadãos que desenvolvam as competências necessárias ao sucesso profissional e pessoal, com vista à integração numa sociedade em constante mudança.

Prestar à comunidade um serviço educativo de elevada qualidade, dando uma resposta eficaz às diferentes necessidades, tendo em conta o carácter único da Escola, fomentando uma atitude positiva e cooperante.

A Escola, enquanto instituição intencional, complementa-se a esses demais atores educativos, como um reforço, para, através da valorização do conhecimento, completar, harmonizar e tornar mais consciente a cultura, em processo natural de transmissão, e, nas sociedades modernas de hoje, altamente complexas, capacitar cada um dos nossos jovens para a vida ativa e para o exercício da cidadania, estimulando o seu sentido crítico, consciencializando-os dos seus deveres e direitos, incentivando-os a atuar como agentes de mudança comprometidos com a transformação social da sua comunidade.

3.2. Visão

Ser reconhecida como uma Escola de referência pelo seu serviço educativo de qualidade. Uma Escola que centra o processo educativo no aluno, no seu desempenho pleno e responsável como cidadão, com forte sentido de identidade e pertença, de inclusão e equidade, impulsionadora de um clima de confiança e de bem-estar e, em especial, dos valores da responsabilidade e do trabalho, desenvolvendo uma intervenção dinâmica, aberta à comunidade.

3.3. Valores

Assumidamente comprometidos com a defesa dos direitos fundamentais, da dignidade do homem e do valor da pessoa humana, porquanto constituem o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, são basicamente esses os valores que inspiram e norteiam a nossa ação educativa: Ser uma Escola de referência educacional, ao serviço da comunidade, comprometida com o sucesso académico e empenhada na transmissão de valores morais, cristãos, sociais e culturais:

- **Responsabilidade e integridade** – Respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e as dos outros em função do bem comum;

- **Excelência e exigência** – Valorizar o mérito e o esforço; aspirar ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros.

- **Curiosidade, reflexão e inovação** – Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções para a resolução de problemas.

- **Cidadania e participação** – Envolver efetivamente a comunidade na vida da Escola; respeitar as regras, procedimentos e pessoas; demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; ser interventivo.

- **Liberdade** – Manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.

Os princípios, valores e competências-chave a trabalhar são os indicados no “Perfil dos alunos à saída da Escolaridade obrigatória”.

Competências-chave: Linguagens e textos; Informação e comunicação; Raciocínio e resolução de problemas; Pensamento crítico e pensamento criativo; Relacionamento interpessoal; Autonomia e desenvolvimento pessoal; Bem-estar e saúde; Sensibilidade estética e artística; Saber técnico e tecnologia; Consciência e domínio do corpo.

4. Oferta Formativa

4.1. Oferta curricular e extracurricular

Com um grupo de alunos cada vez mais heterogéneo, procuramos dar resposta às diferentes necessidades dos mesmos. Se por um lado, temos alunos para quem o regime curricular tradicional não levanta grandes entraves ao seu sucesso escolar e pessoal, por outro, há alunos alheios à Escola, alguns deles, com histórico de insucesso, como tal, em potencial risco de abandono. Para estes, deve ser dada primazia à constituição de turmas reduzidas, com reforço nos apoios às disciplinas em que revelam mais dificuldades e proporcionar-lhes atividades que reforcem a sua autoestima, autonomia e responsabilidade.

A organização curricular tem como referenciais: o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; as Aprendizagens Essenciais; e a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto regulamenta as ofertas educativas do ensino básico.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho estabelece o Regime da Educação Inclusiva.

O Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 de julho define os referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular, incluindo a avaliação externa.

4.2. Matriz curricular e carga horária

	2.º ciclo do ensino básico	CARGA HORÁRIA SEMANAL (X 50 MIN.)	
		5.º ANO	6.º ANO
ÁREAS DISCIPLINARES	LÍNGUAS E ESTUDOS SOCIAIS		
	Português	4	4
	Inglês	3	3
	História e Geografia de Portugal	3	3
	Cidadania e Desenvolvimento	1	1
	MATEMÁTICA E CIÊNCIAS		
	Matemática	4	5
	Ciências Naturais	3	2
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E TECNOLÓGICA		
	Educação Visual	2	2
	Educação Tecnológica	2	2
	Educação Musical	2	2
	TIC	1	1
	EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3
	EDUCAÇÃO MORAL E REL. CATÓLICA	1	1

ÁREAS DISCIPLINARES	3.º ciclo do ensino básico	CARGA HORÁRIA SEMANAL (X 50 MIN.)		
		7.º ANO	8.º ANO	9.º ANO
	PORTUGUÊS	4	4	4
	LÍNGUAS ESTRANGEIRAS			
	Inglês I	3	3	3
	Francês II	2	2	2
	CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS			
	História	2	2	2
	Geografia	3	2	2
	Cidadania e Desenvolvimento	1	1	1
	MATEMÁTICA	4	4	4
	CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS			
	Ciências Naturais	2	3	2
	Físico-química	3	3	4
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E TECNOLÓGICA			
	Educação Visual	2	2	2
	TIC	1	1	1
	Educação Musical	1	1	1
	EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3
	EDUCAÇÃO MORAL E REL. CATÓLICA	1	1	1

4.3. Atividades Extracurriculares

Quanto às atividades extracurriculares, a Escola oferece a todos os alunos atividades que lhes permitam não só assegurar a ocupação de tempos não-letivos, como também contribuem para um maior enriquecimento/aprofundamento da sua formação pessoal e académica. Estas atividades, de natureza lúdica, cultural e/ou desportiva, podem variar de ano para ano, dependendo dos recursos humanos disponíveis e respetivas valências, pelo que se recomenda a consulta do Plano Anual de Atividades. Exemplos dessas atividades são o Clube de Xadrez, o Desporto Escolar, Aulas de Guitarra, Atelier de Expressões, PmatE ou Aulas de Ioga.

A Escola tem participado em projetos de âmbito nacional sempre com o intuito de desenvolver múltiplas literacias e competências (cognitivas, pessoais, sociais e emocionais), tão necessárias ao desenvolvimento integral dos alunos, tais como o Concurso “Uma Aventura” e a participação nas Competições Nacionais de Ciência do PmatE.

É ainda de salientar os apoios em diversas disciplinas direcionados aos alunos que revelem maiores dificuldades ao longo do ano letivo para melhorar o seu sucesso académico. Estes apoios são conduzidos pelos professores das disciplinas.

A oferta curricular e extracurricular da Escola visa o equilíbrio entre o conhecimento académico e a formação da dimensão humana dos alunos tendo por base os pressupostos constantes do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória assentes nos valores da liberdade, responsabilidade, integridade, cidadania, excelência, reflexão e inovação.

5. Escola Inclusiva

De acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei 116/2019 de 13 de setembro, que estabelece o regime jurídico da Educação Inclusiva, apostamos na construção de uma Escola Inclusiva considerando as três dimensões que a mesma incorpora: *a dimensão ética*, referente aos princípios e valores que se encontram na sua génese; *a dimensão relativa à implementação de medidas de política educativa* que promovam e enquadram a ação da Escola e da sua comunidade educativa; e *a dimensão respeitante às práticas educativas*, não podendo nenhuma delas ser negligenciada ou hierarquizada.

A Escola tem como recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão:

Apoios educativos: O regime de apoio educativo traduz-se na disponibilização, por parte da Escola, de um conjunto de estratégias e atividades de apoio de caráter pedagógico e didático, organizadas de forma integrada, para complemento e adequação do processo de ensino e aprendizagem. São finalidades dos apoios educativos:

- O reforço de competências e saberes;
- A superação de dificuldades de aprendizagem de caráter temporário;
- A prevenção de exclusão e do abandono escolar precoce;
- A melhoria do sucesso e da qualidade do sucesso escolar. As situações de apoio educativo devem ser transitórias, tendo sido criadas com o propósito de consolidar/reforçar aprendizagens, recuperar dificuldades pontuais; mas não estão excluídos apoios educativos de caráter mais duradouro, tendo em vista prevenir retenções e promover o sucesso escolar. Os alunos indicados para apoio devem ser agrupados não numa lógica de turma, mas por níveis de desempenho, tendo em vista uma maior eficácia dessa medida pedagógica.

Tutorias: Numa ótica de educação inclusiva, o recurso às tutorias, enquanto medida educativa de caráter mais individualizado, procura contribuir para a promoção da efetiva igualdade de oportunidades que todos desejamos ver assegurada por parte do sistema educativo, ao, designadamente, ajudar a promover:

- A melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, por via de um acompanhamento de maior proximidade dos alunos que evidenciam acrescidas dificuldades de aprendizagem.

A integração no grupo e/ou a superação de graves problemas de ordem comportamental, mediante acompanhamento orientado para a obtenção de um melhor conhecimento de si mesmo e do mundo que o rodeia, que o torne mais habilitado a resolver os problemas que, entretanto, lhe vierem a ser colocados ao longo da vida. Este acompanhamento, individual, constitui um dispositivo através do qual se procura, basicamente, gerir o equilíbrio entre considerar cada aluno na sua especificidade e trabalhar todo o corpo de alunos. Nos Programas de Tutoria, trabalham-se, designadamente, questões como a motivação, de crença na Escola e de objetivos de vida, e que se materializam, basicamente, nas seguintes áreas de intervenção:

- Apoio a estratégias de estudo;
- Orientação/ Organização de métodos de trabalho.

Apoio a alunos com PEI – Plano Educativo Individual: A escola assume como princípio fundamental a promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, garantindo a todos os alunos o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno das suas potencialidades. Neste contexto, o apoio a alunos com Plano Educativo Individual (PEI) constitui um eixo central do Projeto Educativo.

Os alunos abrangidos por PEI beneficiam de respostas educativas diferenciadas, ajustadas às suas necessidades específicas, capacidades e ritmos de aprendizagem. Estas medidas visam assegurar a participação ativa dos alunos na vida escolar, promovendo o seu sucesso educativo, bem-estar e inclusão social.

A implementação do PEI baseia-se numa abordagem colaborativa, envolvendo docentes, técnicos especializados, alunos e encarregados de educação. O plano define objetivos claros e realistas, estratégias pedagógicas adequadas, adaptações curriculares, recursos específicos e formas de avaliação ajustadas, sendo regularmente monitorizado e revisto.

A escola compromete-se a disponibilizar os apoios necessários, nomeadamente através da diferenciação pedagógica, do apoio especializado, da utilização de tecnologias de apoio e da articulação com serviços e entidades externas sempre que necessário. Deste modo, o apoio a alunos com PEI reflete o compromisso da escola com a inclusão, a igualdade de oportunidades e o respeito pela diversidade, contribuindo para a formação integral de todos os alunos e para a construção de uma comunidade educativa mais justa e solidária.

A implementação de medidas de promoção do sucesso escolar dos alunos visa garantir a aquisição, consolidação e desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e atitudes dos alunos, de acordo com as aprendizagens essenciais do ensino básico. Proporciona-se aos alunos uma maior diversidade de oportunidades de aprendizagem, tarefas e tempos de trabalho, de forma a promover o sucesso.

6. Caraterização da Comunidade Escolar

6.1. Pessoal docente

Esta Escola apresenta um quadro docente estável, com formação científica e pedagógica adequada às exigências profissionais e com um apreciável número de anos de experiência. Há doze professores, incluindo a diretora pedagógica.

6.2. Pessoal não docente

Existe apenas um funcionário administrativo que, para as reduzidas dimensões da Escola, tem sido suficiente. Possui licenciatura e exerce a função a tempo inteiro, com conhecimentos em contabilidade e em novas tecnologias adequadas às necessidades da Escola. É também responsável pela Ação Social Escolar, com a direção pedagógica.

O serviço de psicologia é prestado por uma empresa externa.

Quatro assistentes educativos/vigilantes, com categoria de vigilantes, colaboram no processo de formação dos alunos, acompanhando os alunos. Todas possuem escolaridade básica obrigatória, sendo algumas detentoras de diplomas de Escolas profissionais. Estas atuam sempre em sintonia com o diretor de turma que lhes fornece as linhas de orientação para todo o seu trabalho.

Trata-se de um quadro que combina juventude com experiência, estabilidade e com formação adequada às exigências profissionais.

6.3. Os alunos

A maior parte dos alunos da nossa população escolar é originária de famílias rurais, operários, comércio e serviços sendo uma maioria proveniente de setor terciário.

A percentagem de alunos que pertence a famílias desestruturadas tem algum peso no número total de alunos, alguns dos quais institucionalizados, em Lares de Crianças e Jovens, quer no Rochoso, quer na Guarda, valências do Instituto de S. Miguel: Lar de Jovens de Jesus Maria José e Outeiro de São Miguel, e ainda do Lar de Crianças e Jovens - Casa da Sagrada Família da Guarda.

6.4. Os Encarregados de Educação

O nível de alfabetização está intimamente ligado com o tipo de profissão que exercem. A maioria dos alunos provém de famílias com um nível socioeconómico baixo. A maior parte dos pais só completou o 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico e poucos têm habilitações a nível do Ensino Secundário e Superior, factos que apontam como entrave para ajudar os filhos nos estudos.

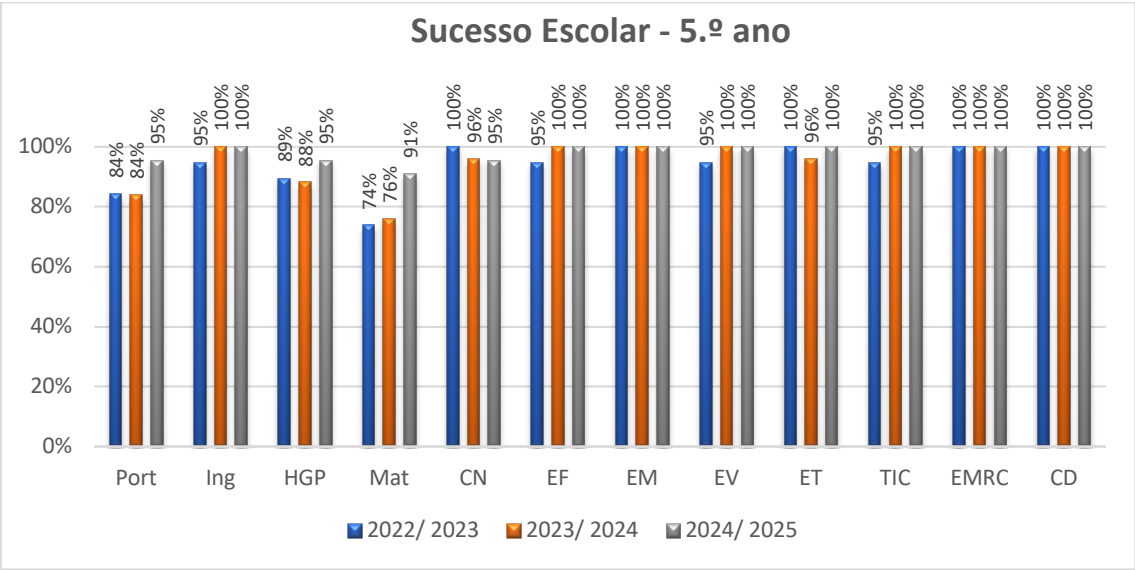
As principais profissões estão relacionadas com a agricultura, construção civil, no caso dos pais; a maioria das mães trabalha como auxiliar de lar. As famílias são, na sua maioria pouco numerosas, e em alguns casos, tem ou já tiveram irmãos a frequentar a escola.

7.Diagnóstico

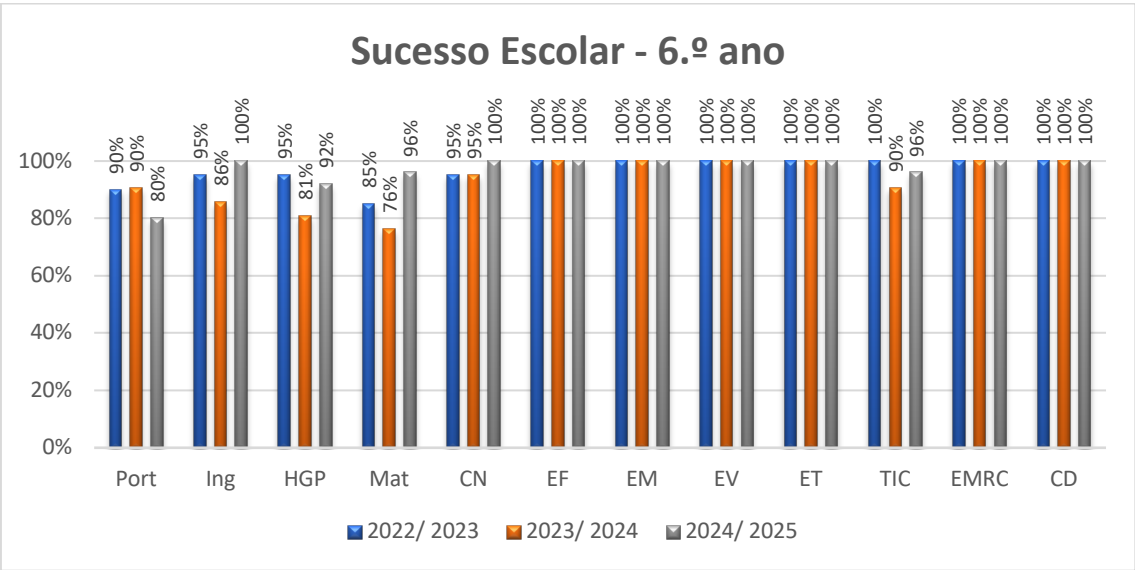
7.1. Resultados Escolares

Conforme se pode observar nos gráficos seguintes, ainda são notórias as consequências no sucesso escolar dos alunos que passaram pela pandemia. Trabalhamos para que esta situação se dilua ao longos dos anos.

2.º Ciclo



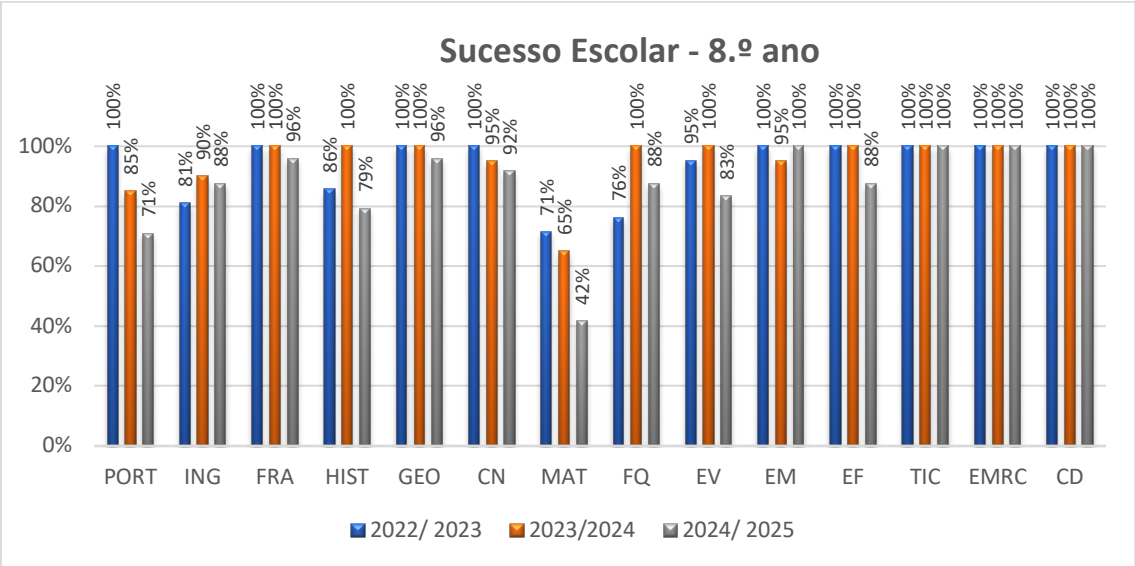
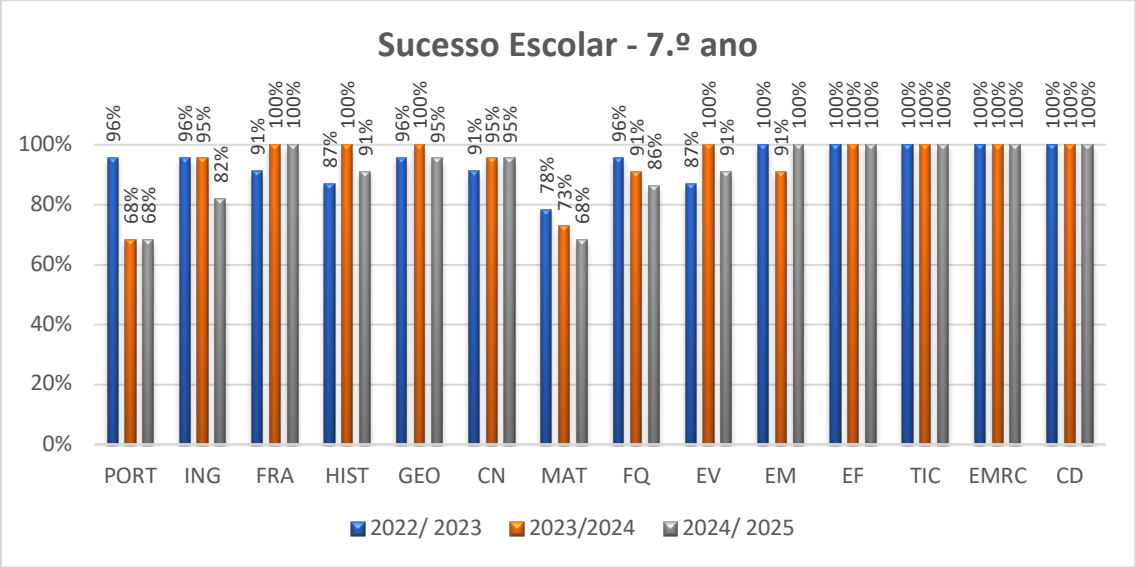
No 5.º ano, as disciplinas com mais insucesso são: Matemática, Português e História e Geografia de Portugal.

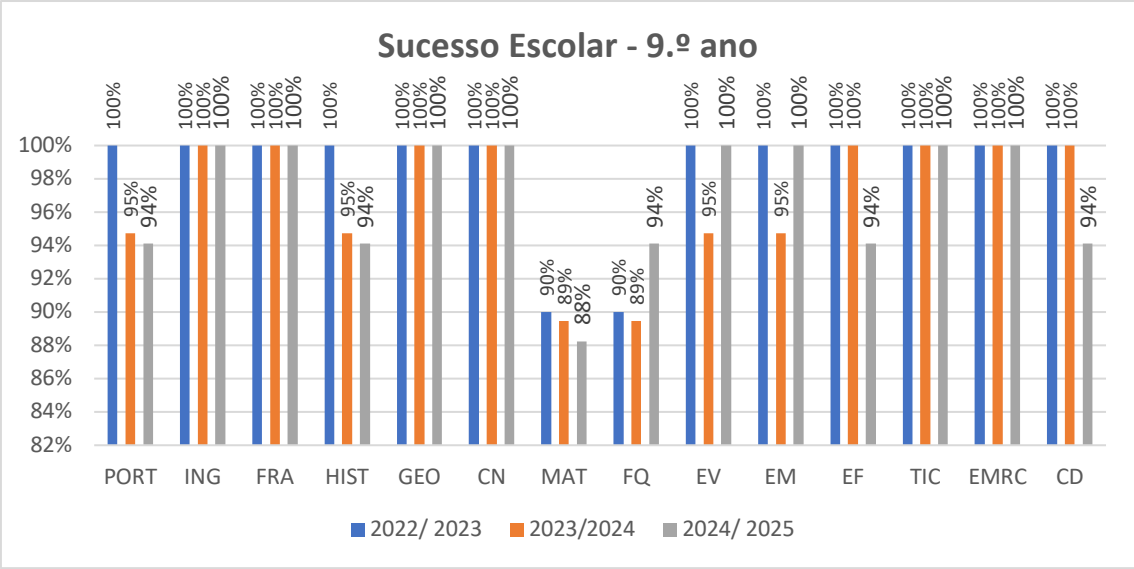


No 6.º ano, as disciplinas com mais insucesso são: Português, História e Geografia de Portugal e Matemática.

Uma das formas de colmatar estes resultados é o apoio ao estudo ser direcionado para estas disciplinas.

3.º Ciclo





Ao longo do 3.º ciclo verifica-se um aumento da dificuldade em acompanhar as matérias das disciplinas que exigem conhecimentos de anos anteriores, pois este é um ciclo mais exigente e com mais disciplinas para os alunos.

7.2. Abandono Escolar

Há um reduzido número de alunos em situação de abandono escolar, que são sobretudo os alunos de etnia cigana, cujos interesses não passam pela valorização da Escola.

8. Processo Ensino/ Aprendizagem

8.1. Pontos Fortes/ Pontos Fracos

A listagem dos pontos fortes e pontos fracos tem como base a análise do contexto em que a Escola se insere.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- Oferta educativa e formativa adequada às necessidades da economia local; - Trabalho articulado dos docentes na referenciação e avaliação dos alunos; - Empenho da Direção, promotora da cooperação e partilha de responsabilidades;	- Sinalização crescente de alunos junto da CPCJ; - A desagregação da estrutura familiar, refletindo-se no grande número de crianças/ jovens institucionalizados que a Escola tem; - A degradação das condições socioeconómicas;

• Uma boa integração dos alunos de etnia; • Elevado nível de satisfação dos elementos da comunidade escolar em relação à Escola; • Bom relacionamento entre os elementos da comunidade educativa. Boa relação entre alunos e professores, Escola e Pais/Encarregados de Educação e outros agentes do processo educativo; • Parcerias com a Autarquia, Instituições e serviços locais, regionais e empresas da região; • Articulação com a CPCJ, Escola Segura/ GNR; • Corpo docente estável e empenhado.	• A instabilidade/ imprevisibilidade da política educativa; • Crescente desmotivação de muitos alunos para a aprendizagem; • Pouca implicação dos alunos em processos de auto e heterorregulação, promovendo a sua responsabilização na melhoria das aprendizagens; • Grupos muito heterogêneos de alunos.
---	---

8.2. Cultura de Escola

Tal como já foi referido, o Colégio da Cerdeira tem uma identidade específica. É uma Escola Católica, que tem objetivos comuns a qualquer Escola, no entanto, sem nunca esquecer os seus objetivos específicos: formar cidadãos conscientes, livres, responsáveis, atuantes e cristãos (todavia é necessário ressaltar que recebe alunos de outras religiões, pois aceita e respeita as diferenças).

A aquisição de conhecimentos anda de mãos dadas com a aquisição de valores, tão prementes na sociedade.

Trata-se de uma Escola exigente, de uma Escola que recebe alunos institucionalizados, de uma Escola que garante aos seus discentes um horário que complementa carga letiva com horários de estudo de apoio e de expressões, por profissionais dedicados.

Há um acompanhamento muito próximo de cada aluno, por parte dos professores e da restante comunidade educativa, nas aulas, nos intervalos, nas refeições, nas atividades extracurriculares, nos estudos, nas pontuais atividades de formação católica.... Há partilha de saberes, há entreajuda, há comunhão de bons momentos e auxílio na superação dos menos agradáveis!

8.3. Espaço Físico

A Escola é constituída por mais do que um edifício. Para além do pavilhão primitivo que lhe serviu de berço, existem mais sete. As divisões internas contêm as salas de aula,

laboratórios, sala de TIC, sala de E.V. e de E.T., sala de música, biblioteca, pavilhão gimnodesportivo, espaços de convívio e desporto, cozinha, refeitórios e lavandaria.

A Escola está localizada no centro da aldeia, Cerdeira do Côa, próxima do rio e da estação de comboios. Tem um grande espaço exterior com pátios e jardins onde os alunos podem brincar e socializar nos tempos livres. Perto da Escola existe um espaço amplo com parque de merendas e polidesportivo, conhecido como "Eiras", onde os alunos vão, durante o intervalo de almoço, acompanhados pelas auxiliares das turmas.

9. Linhas Orientadoras da Ação Educativa

9.1. Contextualização

Ser escola católica é, antes de mais, ser escola com projeto, porque, tal como não se pode construir um prédio sem projeto, também uma escola sem projeto não vai a lado nenhum, perde o sentido. Há necessidade de um ideário que não seja, simplesmente, uma súplica de bons desejos, mas em que os professores se empenham verdadeiramente na missão de educar e formar, assumindo com imperativos educativos os seguintes pilares do conhecimento, definidos no relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI:

- Aprender a ser, o que implica desenvolver a autonomia, o discernimento e a responsabilidade pessoal;
- Aprender a conhecer, isto é, aprender a aprender, exercitando a memória, a atenção e o pensamento;
- Aprender a viver juntos, o que pressupõe aceitar as diferenças, respeitar e compreender o outro.

Em articulação com estes pilares do conhecimento, este Projeto Educativo chamou a si alguns dos princípios consignados na Lei de Bases do Sistema Educativo e que se afiguram preponderantes para a implementação de uma política educativa de sucesso:

- Proporcionar uma formação integrada e harmoniosa a cada aluno, que transmita uma herança cultural, socialize para uma ordem participativa, criadora e crítica, e desenvolva as suas capacidades individuais, com vista à aquisição de competências que o habilitem de forma consciente, a construir o seu projeto de vida;
- Promover igualdade de oportunidades na construção de uma escola inclusiva;
- Fomentar o bem-estar da comunidade escolar, através da clarificação dos papéis e humanização das relações entre os diferentes agentes no processo educativo e de uma maior consciencialização da sua identidade como um coletivo;
- Promover um envolvimento eficaz da família na vida escolar dos seus educandos;
- Estabelecer uma relação dinâmica e articulada com os diferentes parceiros sociais, capaz de responder às necessidades e anseios da comunidade;

- Proporcionar qualidade nos serviços prestados, respeitando critérios ambientais, de segurança e combatendo o desperdício.

Tomando como ponto de partida os princípios anteriormente definidos e conhecendo bem a realidade da população escolar, impõe-se planificar a intervenção educativa e dar voz a este projeto, ponto de partida para a criação de um ambiente escolar propício à prática de um ensino de qualidade e à aquisição de uma aprendizagem efetiva.

À luz do atrás enunciado, definiram-se princípios orientadores, metas e objetivos, um plano de intervenção e ainda o perfil e desempenho do professor, e tem-se como referência o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/ 2017, procurando, assim, dar resposta cabal às exigências de uma sociedade democrática, justa e livre.

9.2. Princípios Orientadores

- Envolver toda a comunidade educativa na construção de uma escola católica dinâmica, humanizada, participada/participante e inclusiva;
- Implementar práticas que eduquem para a cidadania, ao serviço do desenvolvimento da sociedade;
- Responsabilizar as famílias no processo educativo/desenvolvimento dos alunos;
- Participar na vida cívica de forma livre, responsável, solidária e crítica;
- Aprender e ensinar em liberdade, respeitando a pluralidade de doutrinas e de métodos;
- Reconhecer e valorizar a atividade dos docentes e demais intervenientes no processo ensino/aprendizagem;
- Promover a autonomia, com sentido de responsabilidade e iniciativa;
- Adotar uma cultura de prevenção, segurança e vida saudável;
- Implementar respostas educativas adequadas à inclusão de todos os alunos;
- Criar um ambiente saudável pautado pelo respeito mútuo e sentido de responsabilidade;
- Melhorar o desempenho e o relacionamento interpessoal na comunidade escolar.

9.3. Objetivos

Os princípios orientadores enunciados exigem uma escola ativa, atenta e uma comunidade escolar empenhada e disposta a dar resposta aos desafios que se colocam à sociedade de hoje, o que exige a concretização dos objetivos definidos.

9.4. Perfil da Escola

- Criar uma cultura de escolaridade prolongada e qualificante;

- Construir uma escola dinâmica, humanizada, participante e inclusiva;
- Melhorar os resultados escolares e educativos;
- Fomentar a participação dos pais e encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos;
- Proceder a uma avaliação das práticas educativas, no sentido de garantir a identificação dos problemas e investir na sua resolução;
- Promover uma cultura de cooperação entre diferentes agentes e parceiros educativos;
- Incentivar a formação contínua e permanente dos agentes educativos;
- Melhorar a comunicação e a informação na Escola;
- Reduzir a taxa de desvios comportamentais nos dois ciclos;
- Otimizar a resposta educativa adequada à inclusão dos alunos com NEE de caráter permanente;
- Utilizar as tecnologias de informação e comunicação como ferramenta ao serviço da formação pessoal e inovação nas práticas educativas e pedagógicas.

9.5. Perfil de Cidadão

- Demonstrar valores de cidadania;
- Valorizar o património natural, construído e ambiental e, também, a tradição regional;
- Adotar, na escola, uma cultura de prevenção, segurança e vida saudável;
- Ser um jovem autónomo, consciente dos seus interesses e valores, confiante nas suas possibilidades e capacidades;
- Orientar-se por princípios de universalidade, de justiça e de verdade;
- Possuir uma base sólida de cultura humanística e científica.

9.6. Perfil Geral de Desempenho dos Docentes

Ser professor na escola católica implica um compromisso com os valores humanos e ser portador de um perfil de educador que não perde tempo com coisas banais e, quando se ocupa delas, transforma-as em importantes.

Nesta perspetiva, a definição de um perfil de competência para o desempenho de funções docentes, numa escola católica, exige interiorização de princípios e valores humanos, e competência científico/pedagógica, dado ser necessário certificar e acreditar o profissional que decide exercer a profissão de docente numa escola vocacionada para a valorização do aluno como ser humano, potenciando a sua sede de absoluto, o seu desejo de bem, a sua fome de verdade e a sua necessidade de realização no mundo, pelo que deve:

- Utilizar corretamente a língua portuguesa, nas suas vertentes oral e escrita;

- Garantir a todos os alunos, numa perspetiva de escola inclusiva, um conjunto de aprendizagens curriculares que lhe permitam o seu desenvolvimento integral;
- Fomentar o desenvolvimento da autonomia dos alunos e a sua plena inclusão na sociedade, tendo em conta o carácter complexo e diferenciado das aprendizagens escolares;
- Garantir o bem-estar dos alunos e o desenvolvimento de todas as componentes da sua identidade individual e cultural;
- Respeitar as diferenças culturais e pessoais dos alunos e demais membros da comunidade educativa, valorizando os diferentes saberes e culturas;
- Conciliar autoridade, liberdade e respeito na relação com os alunos;
- Assumir a dimensão cívica e formativa das suas funções, com as inerentes exigências éticas e deontológicas que lhe estão associadas;
- Utilizar, de forma integrada, saberes próprios da sua especialidade e saberes transversais e multidisciplinares, adequados ao respetivo nível e ciclo de ensino;
- Incorporar adequadamente nas atividades de aprendizagem linguagens diversas e suportes variados, nomeadamente as tecnologias de informação e comunicação;
- Desenvolver estratégias pedagógicas diferenciadas, conducentes ao sucesso e realização de cada aluno, mobilizando saberes, valores, experiências e outras componentes dos contextos e percursos pessoais, culturais e sociais dos alunos;
- Utilizar a avaliação, nas suas diferentes modalidades e áreas de aplicação, para regular e promover a qualidade do ensino, da aprendizagem e da sua própria formação;
- Participar na construção, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo da escola, respetivos projetos curriculares, atividades de administração e gestão da escola, atendendo à articulação entre os vários níveis e ciclos de ensino;
- Colaborar com todos os intervenientes no processo educativo, contribuindo para o desenvolvimento de relações de respeito mútuo entre todos os intervenientes da comunidade escolar e instituições da comunidade;
- Promover a interação com as famílias;
- Desenvolver competências pessoais, sociais e profissionais, numa perspetiva de formação e atualização permanentes;
- Perspetivar o trabalho de equipa como fator de enriquecimento da sua formação e da atividade profissional, privilegiando a partilha de saberes e de experiências.

9.7. Perfil do Aluno à saída da Escola

A caminhada escolar a percorrer ao longo do ensino básico visa, fundamentalmente, desenvolver competências e munir o aluno de saberes que lhe permitam uma inserção

harmoniosa na vida ativa e contribuam para uma escolha acertada na construção do seu projeto de vida.

Assim, pretende-se que, à saída da escola, o aluno seja capaz de:

- Participar na vida cívica de forma crítica, assumindo a responsabilidade pelas suas opções e decisões;
- Respeitar a diversidade cultural, religiosa e outra, cultivando a tolerância e o respeito pelo outro;
- Compreender as realidades natural e sociocultural, utilizando processos e conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Ser elemento ativo na defesa do meio ambiente e preservação do património;
- Saber utilizar o trabalho cooperativo como forma de realização;
- Eleger a educação permanente como forma de resposta às constantes mutações sociais, na perspetiva da construção do seu projeto pessoal;
- Desenvolver hábitos de vida saudáveis, atividade física e desportiva, de acordo com os seus interesses, capacidades e necessidades;
- Utilizar a língua materna como forma de adaptação a diversos contextos e finalidades;
- Utilizar línguas estrangeiras para superação de contextos situacionais apresentados;
- Ser um cidadão livre, autónomo e solidário, um indivíduo completo ao nível da consciência moral, cívica, estética e ecológica na vida profissional e pessoal;
- Ter espírito empreendedor e inovador, no sentido do progresso humano;
- Interiorizar atitudes e valores que contribuam para o enriquecimento da sua identidade pessoal e social;
- Viver os valores da simplicidade, da honestidade, do esforço e da persistência no trabalho.

10. Plano de Ação

Áreas a melhorar	Propostas de ação	Metas
A Escola enquanto instituição.	Realizar debates com os alunos, o Diretor de Turma/ Professor de Cidadania sobre a importância da Escola.	Fomentar uma cultura de escola.
	Implementar práticas pedagógicas diferenciadas.	Cultivar o diálogo, o bom relacionamento e as afetividades.
	Envolver o maior número de alunos nas atividades do Plano Anual de Atividades.	

Resultados escolares.	Incentivar os alunos a participar em concursos, debates, exposições... Implementar práticas pedagógicas diferenciadas. Implementar metodologias diferenciadas, na sala de aula. Elaborar de planos de melhoria para alunos com menor rendimento escolar, no âmbito de um compromisso que envolva Alunos, Professores e Encarregados de Educação.	Estimular o desenvolvimento dos alunos. Reduzir a taxa de insucesso escolar. Aumentar o número de alunos a inscrever no quadro de mérito e excelência.
Índice de sucesso nas disciplinas de Português, Matemática e Línguas Estrangeiras.		
Apoio individualizado ao aluno.		

Áreas a melhorar	Propostas de ação	Metas
A taxa de desvios comportamentais, na Escola.	Sensibilizar os alunos para o conhecimento e cumprimento do regulamento interno. Realizar debates nas aulas de Formação Cívica, que desenvolvam competências nos domínios do saber ser e saber estar. Promover atividades que visem transmitir determinadas informações conceptuais, aprender comportamentos sociais e adquirir valores. Convergir nas atuações ao nível da exigência do cumprimento das regras estabelecidas.	Criar um ambiente saudável pautado pelo respeito mútuo e sentido de responsabilidade. Envolver os alunos com comportamentos desviantes em atividades extracurriculares. Fomentar a participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola.

Resposta educativa adequada à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais.	Organizar sessões formativas no início de cada ano letivo, para os docentes de alunos com necessidades educativas de caráter permanente. Gerir articuladamente o currículo com os professores da Educação Especial, docentes e outros intervenientes. Planificar e organizar o currículo tendo em conta as especificidades e necessidades dos alunos. Implementar atividades direcionadas para alunos diferentes.	Integrar harmoniosamente todos os alunos.
---	---	---

11. Divulgação, acompanhamento e avaliação do Projeto Educativo de Escola

11.1. Divulgação

Depois de aprovado e homologado pelo Conselho Pedagógico, o Projeto Educativo será divulgado a toda a comunidade e colocado na página da internet para consulta (<https://colegiocerdeira.wixsite.com/colegiocerdeira/blank-6>).

Será também enviado por correio eletrónico aos docentes e auxiliares de ação educativa. Compete aos Professores e Diretores de Turma a divulgação do Projeto Educativo aos alunos, Pais e Encarregados de Educação.

11.2. Acompanhamento

O presente documento tem uma duração prevista de três anos e a sua operacionalidade concretizar-se-á prioritariamente através do Plano Anual de Atividades e do Regulamento Interno.

11.3. Avaliação

A autoavaliação de escola é um procedimento incontornável, face às dinâmicas atuais e às exigências do sistema. Analisar e refletir sobre o desempenho e funcionamento de uma escola deve ser um ato recorrente e plenamente participado. A sua importância advém de ser um processo de regulação que requer a implementação de estratégias que conduzam à melhoria da qualidade da escola, quer ao nível dos processos de suporte, quer ao nível dos processos pedagógicos. O Projeto Educativo, como instrumento promotor de maior qualidade da ação educativa, carece de avaliação. Prevê momentos distintos de avaliação: no final de cada ano letivo, do triénio e no final da sua vigência. São momentos de balanço, de identificação de pontos fortes e fracos e de reajustamento de estratégias. A avaliação do grau de concretização do PEE será realizada anualmente, e basear-se-á nos resultados obtidos nos seguintes indicadores:

- Taxas de sucesso, abandono e assiduidade;
- Medidas disciplinares aplicadas;
- Percentagem de sucesso por ano de escolaridade;
- Resultados obtidos nas provas de aferição e exames nacionais;
- Participação dos pais na vida escolar;
- Projetos desenvolvidos em parceria com entidades locais;
- Projetos desenvolvidos e envolvimento dos professores;
- Utilização das novas tecnologias pelos alunos e professores;
- Ações de formação para professores e outros profissionais.

12. Parcerias Educativas

A Escola reconhece que a qualidade do processo educativo se fortalece através de uma relação ativa e cooperante com a comunidade envolvente. Nesse sentido, a promoção de parcerias constitui um eixo estratégico do seu Projeto Educativo, assumindo-se como um instrumento fundamental para o enriquecimento das aprendizagens, a formação integral dos alunos e a abertura da Escola ao meio social, cultural e profissional.

As parcerias estabelecidas com instituições públicas e privadas, associações, empresas, autarquias, entidades culturais, científicas e desportivas visam potenciar experiências educativas diversificadas, promover o contacto com contextos reais de aprendizagem e reforçar a articulação entre a Escola e a comunidade.

Estas colaborações contribuem para:

- o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, académicas e profissionais dos alunos;
- a promoção da cidadania ativa, da inclusão e da responsabilidade social;
- o apoio à orientação vocacional e à preparação para o prosseguimento de estudos ou integração no mundo do trabalho;

- a inovação pedagógica e a atualização contínua das práticas educativas.

A Escola compromete-se a estabelecer parcerias baseadas em princípios de cooperação, respeito mútuo e objetivos comuns, assegurando que todas as iniciativas desenvolvidas se encontram alinhadas com a sua missão, valores e metas educativas. As parcerias são regularmente avaliadas, de modo a garantir a sua relevância, eficácia e impacto positivo na comunidade educativa. Desta forma, desenvolvemos parcerias com a Câmara Municipal do Sabugal, Junta de Freguesia da Cerdeira do Côa, CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, ADES – Associação Empresarial do Sabugal, Centro de Saúde do Sabugal, Bombeiros Voluntários do Sabugal, Guarda Nacional Republicana, ASTA – Associação Sócio Terapêutica de Almeida, EnsiGuarda-Escola Profissional da Guarda e PsicoFoz – Centro de Intervenção Psicopedagógica.

13. Conclusão

As grandes linhas de orientação definidas neste Projeto Educativo serão o fio condutor da nossa prática educativa, ao longo do próximo triénio. Elas afirmam claramente a nossa intenção de sermos uma escola centrada no aluno, defendendo uma educação inclusiva no que concerne à criação de oportunidades para todos os nossos alunos e flexível no delineamento de percursos de aprendizagem diversificados.

A elaboração deste documento teve em consideração e deu relevo ao novo paradigma educacional em Portugal, estipulado nomeadamente no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, valorizando o desenvolvimento de competências e o Aprender a Aprender.

O projeto educativo aplica-se ao triénio 2025/2028 e foi aprovado pelo conselho pedagógico, no dia ____ de _____ de 2025, de acordo com a alínea c), do n.º 1, do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

Legislação

- Lei n.º 29 / 2005, Lei de Bases do Sistema Educativo, Diário da República, Iª série – A, n.º 166 de 30 de agosto, acedido em novembro de 2009;
- Decreto-Lei n.º 55/2018, Diário da República, 1.ª série — N.º 129 — 6 de julho de 2018;
- Decreto-Lei n.º 54/2018, Diário da República, 1.ª série — N.º 129 — 6 de julho de 2018;
- Portaria n.º 181/2019, Diário da República, 1.ª série — N.º 111 — 11 de junho de 2019;
- Despacho n.º 6478/2017, “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, Diário da República, 2.ª série — N.º 143 — 26 de julho de 2017;
- Despacho normativo n.º 20/2012, Diário da República, 2.ª série — N.º 192 — 3 de outubro de 2012;
- Portaria n.º 223-A/2018, Diário da República, 1.ª série — N.º 149 — 3 de agosto de 2018;
- Despacho Normativo n.º 10-B/2018, Diário da República, 2.ª série — N.º 129 — 6 de julho de 2018.

Bibliografia

- ALVES, J. Matias, Organização, Gestão e Projeto Educativo das Escolas, Lisboa, Edições ASA, 1992.
- BARROSO, João, «Fazer da Escola um Projeto» in CANÁRIO, Rui, (Org.) «Inovação e Projeto Educativo de Escola», ED. Educa, Lisboa, 1992.
- CARVALHO, Adalberto Dias, «A Educação como Projeto Antropológico», Ed. Afrontamento, Porto, 1992.
- COSTA, J. Adelino, Gestão Escolar – *Participação. Autonomia. Projeto Educativo da Escola*, Lisboa, Texto Editora, 1991.
- DIOGO, Fernando, *Por Um Projeto Educativo de Rede*, Lisboa, Edições ASA, 1994.
- MADEIRA, Ana Isabel (1995). A importância do diagnóstico da situação na elaboração do projeto educativo de escola, in Inovação. Lisboa: IIE.
- PAIXÃO, Maria de Lourdes Ludovice, “Educar para a Cidadania”, Lisboa Editora, Maio de 2000.
- SANTOS, M. E. B, *Os Aprendizages de Pigmalião*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- ZABALZA (1992), Planificação e Desenvolvimento Curricular, Porto: Edições ASA.